

EIXO 2: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE FORMAÇÃO E GESTÃO
ESCOLAR

**SÍNTESE DE PESQUISA COM PROFESSORES DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE O USO DO MATERIAL APOSTILADO PRIVADO
EM CLASSES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Theresa Adrião¹

Universidade Estadual de Campinas
theadriao@gmail.com

Alexandra Damaso²

Universidade Estadual de Campinas
damaso.alexandra@gmail.com

Luciana Sardenha Galzerano³

Prefeitura Municipal de Campinas
lucianasgalzerano@gmail.com

GREPPE – Grupo de Estudo e Pesquisas em Políticas Educacionais
Financiamento CNPq.

RESUMO

Este artigo apresenta os principais pontos da pesquisa sobre o uso do material apostilado no trabalho com a educação infantil. Com base em um questionário misto aplicado a 314 professores de educação infantil de diversos municípios paulistas, selecionados segundo o porte e a empresa contratada. A pesquisa possibilitou traçar um esboço do perfil do profissional de educação infantil participante do programa de parcerias para o fornecimento de material apostilado para a educação infantil. As conclusões apontam para a desvalorização do docente subjacente a esta opção, seja pelo alijamento do professor da elaboração do material didático e pela formação oferecida.

Palavras-chave: Privatização; Sistema privado de ensino; Educação infantil.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar informações parciais de pesquisa desenvolvida no âmbito do GREPPE a respeito da percepção de professores de educação infantil das redes

municipais paulistas que, no ano de 2011, adotaram material apostilado para o trabalho com as crianças⁴. Para tanto, recorreu-se à aplicação de questionários mistos, com questões abertas e fechadas. Os mesmos foram propostos a um conjunto de docentes em exercício das redes municipais paulistas de educação infantil, que no período analisado, empregavam material apostilado em suas atividades pedagógicas.

A seleção dos municípios para o estudo tomou como base uma investigação anterior, concluída em 2009 (ADRIÃO, 2009) cujo trabalho permitiu identificar os três grupos empresariais que apresentaram um avanço significativo no volume de municípios atendidos no estado de São Paulo.

Por razões de ética na pesquisa optou-se por não divulgar o nome dos municípios e das empresas.

Partimos do pressuposto de que

[...] o aumento da oferta educacional por municípios pequenos e pouco aparelhados, em um contexto de reformas na gestão pública que estimulam a restrição de gastos, a terceirização de serviços e o aumento da responsabilização (accountability) dos gestores locais pela qualidade dos serviços prestados apresentou-se como terreno fértil sobre o qual as empresas educacionais privadas, cujo mercado na esfera da educação básica apresenta sinais de estagnação, têm colhido seus dividendos, por meio da venda de sistemas de ensino. (ADRIÃO, 2009, p.7)

Do total de municípios do estado de São Paulo que até 2011 declararam adotar sistemas privados de ensino como parte de sua política para a educação infantil, foi selecionado uma amostra de 20% dos municípios, organizados de acordo com o porte e a empresa adotada. Destes foram solicitados aos docentes em exercício participar da pesquisa respondendo ao instrumento de investigação.

Tabela 1: Municípios que adotaram sistemas privados de ensino, por empresa e número de habitantes, 2011.

Total de municípios que adquiriram sistemas privados para a educação infantil até 2011.	Empresa Alfa	Empresa Beta	Empresa Gama
Até 10.000 habitantes	41	12	9
De 10.001 a 50.000 habitantes	27	11	7

Fonte: Autoras com base em ADRIÃO, 2012, p.62.

A escolha das empresas decorreu de levantamento de pesquisa anterior (ADRIÃO, 2009) a qual apontou os grupos empresariais que comercializam sistemas privados de ensino

com maior presença em municípios paulistas. Tais grupos possuem trajetórias muito similares: surgiram a partir de cursos pré-vestibulares, passaram a ofertar a educação básica e o ensino superior, inclusive com extensão para outros estados, por meio de franquias para redes privadas, e expandiram mercado aos municípios paulistas, através da criação de sistemas de ensino privados de ensino desenvolvidos especificamente próprios para as redes públicas.(ADRIÃO et al, 2009, 2012 os relatórios)

Tabela 2: Composição dos municípios analisados por empresa e número de habitantes, 2011.

Porte dos municípios	Empresa contratada <i>Alfa</i>	Empresa contratada <i>Beta</i>	Empresa contratada <i>Gama</i>
Até 10.000 habitantes	8	3	2
De 10.001 a 50.000 hab.	6	2	2

Fonte: Autoras com base em ADRIÃO, 2012 p.62

Os grupos empresariais identificados com maior abrangência no estado possuem trajetórias muito similares: surgiram a partir de cursos pré-vestibulares, passaram a ofertar a educação básica e o ensino superior, inclusive com extensão para outros estados, por meio de franquias para redes privadas, e expandiram mercado aos municípios paulistas, através da criação de sistemas de ensino privados de ensino desenvolvidos especificamente próprios para as redes públicas (ADRIÃO et al, 2009, ADRIÃO, 2012)

O produto ofertado aos municípios por estes grupos empresariais (sistemas privados de ensino) se configuram em verdadeiras “cestas” educacionais compostas por material didático para alunos e professores, formação continuada, acompanhamento e avaliação pedagógica, portal *online* para acesso a conteúdos, atividades, vídeos e outras formas de apoio (ADRIÃO et al, 2009).

A empresa *Alfa* disponibiliza material didático para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, em módulos bimestrais, para alunos e professores. É um material específico para a rede pública, portanto, diferente daquele oferecido para as escolas privadas. A assessoria pedagógica ocorre à distância, por meio de videoconferências, estando disponíveis formações desde conferências até cursos de pós-graduação. O acompanhamento pedagógico acontece por meio de visitas periódicas, num total de quatro ao ano, podendo haver extensão de acordo com a necessidade dos municípios; tal assessoria ocorre também na gestão das unidades, de modo a auxiliar os gestores escolares. Há portal *online* com conteúdos e sugestões de atividades (GOBI, 2012).

A empresa *Beta* atende toda a educação básica, embora com ênfase na educação infantil e no ensino fundamental, ofertando material didático para todas essas etapas. Oferece assessoria pedagógica a docentes e equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação (SME). Como acompanhamento, há uma ferramenta para gerir informações educacionais⁵ e um monitoramento da qualidade do ensino⁶. Há portal para professores e alunos cadastrados no sistema, com conteúdos e atividades disponibilizadas na rede (LUIZ, 2012).

A empresa *Gama* oferece material didático para alunos em módulos bimestrais, semestrais ou anuais, de acordo com a etapa de escolaridade – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio –; para os professores e para as escolas são disponibilizados materiais de apoio. O material não é o mesmo oferecido para as escolas privadas. Há uma equipe especializada na implantação e acompanhamento dos projetos educacionais oferecidos para as redes municipais de ensino. Tais projetos são compostos por formação⁷ *in loco*, encontros pedagógicos, acompanhamento à distância e avaliação institucional. Os encontros⁸ são oferecidos conjuntamente para professores de todos os municípios que adotam o sistema. O apoio pedagógico também pode ser realizado por correio eletrônico, centrais de atendimento telefônico direto (GALZERANO, 2012).

Para atender o objetivo de desenhar um perfil dos professores, que fazem parte deste programa, o questionário composto de 37 questões fechadas contemplando cinco eixos que possibilitam um esboço dos docentes respondentes: tempo de atuação profissional e formação, experiência docente e faixa etária de trabalho, considerações a respeito do material apostilado (qualidade do material, presença de erros, organização), o uso do material propriamente dito, qualidade da formação, e duas questões abertas solicitando que o docente identifique vantagens e desvantagens no uso do material apostilado para educação infantil.

Com relação à aplicação dos questionários, o primeiro procedimento adotado foi o contato via telefone, com gestores dos municípios solicitando autorização para incluí-los na pesquisa e posterior agendamento de data e local mais apropriado para a aplicação dos questionários. Buscou-se atender às possibilidades da escola e do corpo docentes reduzindo ao máximo qualquer desconforto por parte dos respondentes. Assegurou-se a apresentação dos objetivos da pesquisa e observou-se a entrega dos Termos de Consentimento, garantindo-se ainda o sigilo das fontes. Embora este procedimento tenha sido comum, houve alguma variação no processo de aplicação: presença de representantes da gestão da escola durante a aplicação do questionário, respostas aos questionários ocorreram individualmente ou em conjunto. No entanto, consideramos que tais variações não impactaram significativamente as

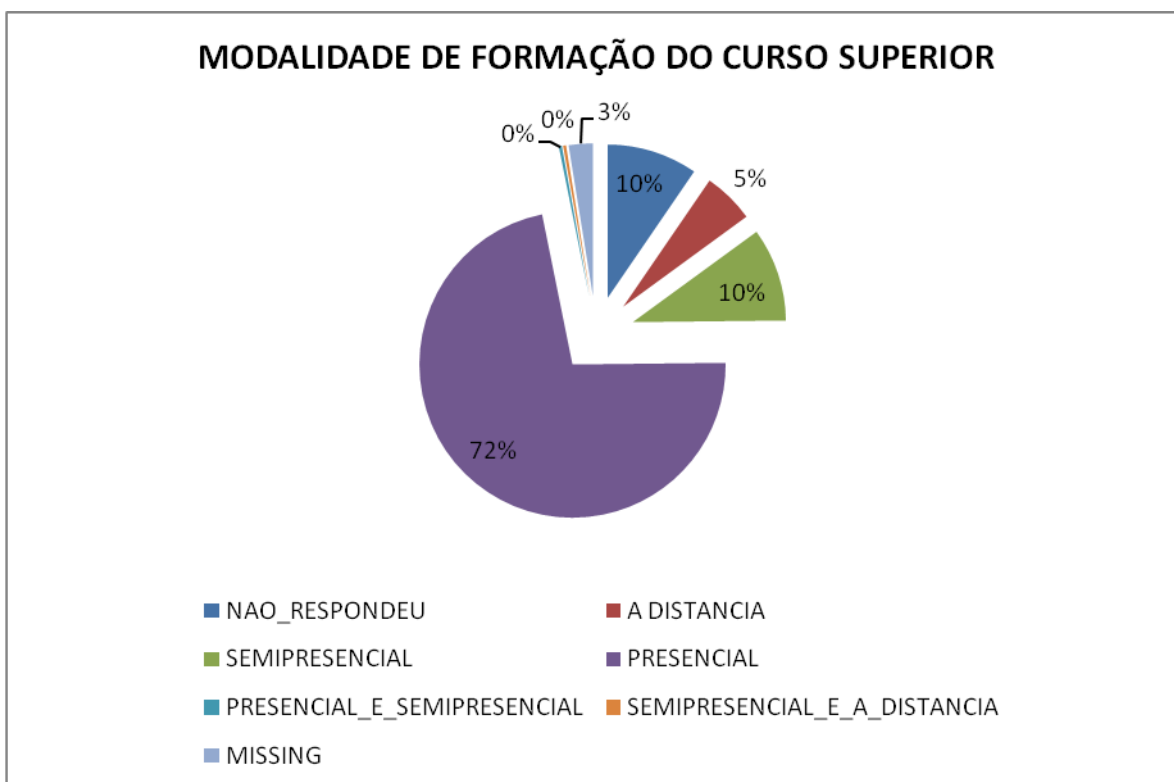
respostas, especialmente porque não se verificou a presença de representantes dos grupos privados.

A pesquisa abarcou um total de 314 respondentes, para o tratamento dos dados coletados optou-se pelo software livre PSPP. O PSPP é um *software* desenvolvido para o uso em análises estatísticas de matrizes de dados. Sua base permite gerar relatórios tabulados, gráficos e plotagens de distribuições, empregados em análises e inferências a respeito de correlações entre variáveis (BOAVENTURA, 2010). A escolha dessa versão para o estudo em questão deveu-se à sua característica de *software* livre, o que permite a conferência dos cálculos e elimina a necessidade da compra de licenças ou pacotes adicionais para utilização da ferramenta.

PERFIL DOS RESPONDENTES

Os dados apresentados a seguir buscam indicar: o perfil de formação e profissional dos respondentes; as faixas etárias com que trabalharam no período considerado; a percepção dos mesmos a respeito do sistema privado adotado e a frequência com a qual o material apostilado e as formações ocorreram em suas redes de ensino.

Gráfico 1: Modalidade de formação do curso superior, 2012.

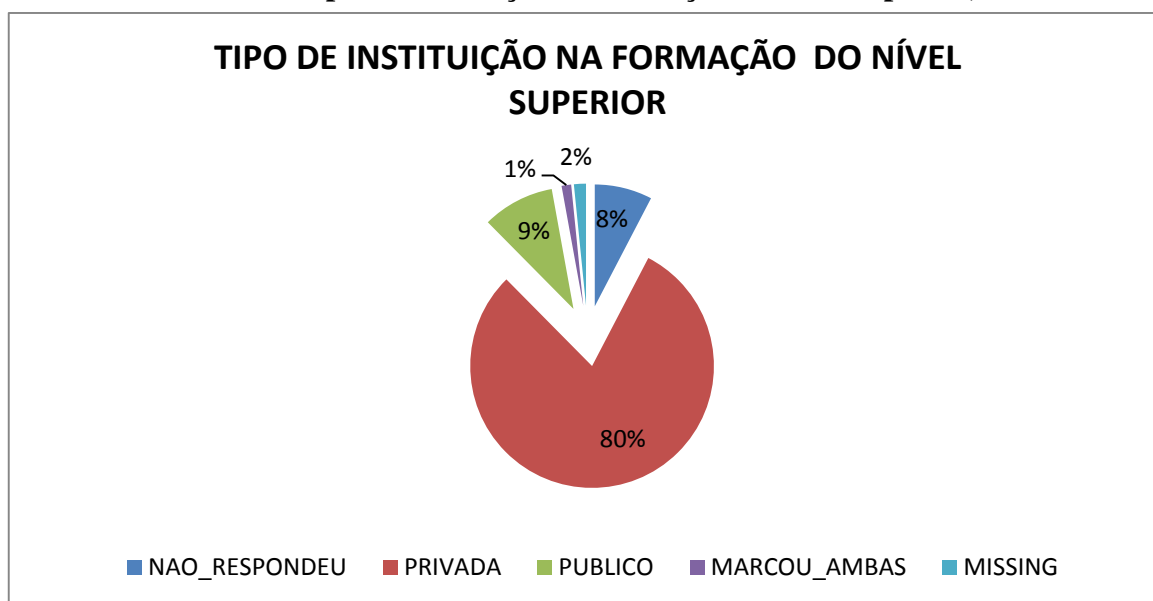


Fonte: ADRIÃO, 2012 p.66

Do universo analisado 72% dos professores concluíram o curso superior na modalidade presencial, sendo que 80% deles em instituição privada, 60% faziam pós-graduação, dos quais 22% na modalidade semipresencial ou a distancia. Em torno de 50% frequentavam cursos *lato sensu* relacionados à educação infantil e à educação especial. O que nos permite inferir que há uma preocupação por parte dos docentes com relação à sua formação, esse resultado pode ser fruto das políticas de formação dos municípios ou ainda de políticas salariais.

No gráfico acima os campos: não respondeu e *missing*, correspondem respectivamente ao percentual de respondentes que deixaram a questão sobre formação em branco ou que por algum erro de preenchimento do questionário não foi possível identificar a opção escolhida pelo docente. A denominação *missing* foi aplicada em todas as questões cujas respostas não se adequavam a nenhuma das opções oferecidas.

Gráfico 2: Tipo de instituição na formação do nível superior, 2012.

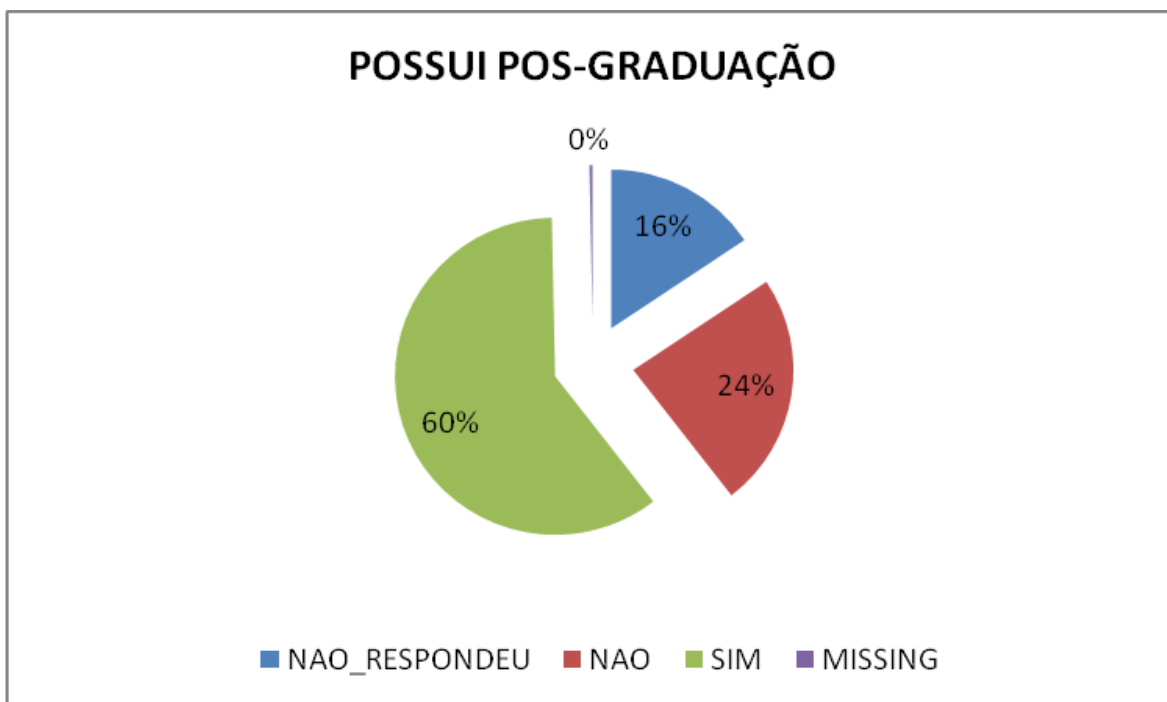


Fonte: Autoras com base em ADRIÃO, 2012 p.66

O levantamento apontou ainda, a grande presença do ensino superior privado na formação dos docentes de educação infantil, do total de respondentes 80% fizeram ensino superior em instituições privadas, apenas 9 % concluíram seus estudos em instituições públicas e 8% fizeram mais que um curso superior sendo pelo menos um deles em instituição privada. Da população investigada 60% possuem pós-graduação confrontando o senso comum

de que a adoção de sistemas apostilados se configura em uma opção a falta ou pouca formação docente.

Gráfico 3: Número de docentes com pós-graduação, 2012.



Fonte: ADRIÃO, 2012 p.67.

Com relação ao tempo de atuação na faixa etária, os dois maiores grupos se encontram entre docentes que atuam num período entre oito e acima de dezoito anos. Destaca-se ainda que, 40% deles têm mais de 13 anos de magistério na educação infantil e 25% mais de 18 anos.

No que se refere à faixa etária com a qual trabalharam em 2011, ano base para as respostas relativas ao uso do material apostilado, acima de 60% declarou ter trabalhado com crianças entre 4 e 5 anos, ou seja, na pré-escola. Não obstante, em torno de 16% afirmaram utilizar apostilas na creche, ou seja, para crianças de 0 a 3 anos. Esta mesma proporção é encontrada quando a pergunta é relativa à etapa de escolaridade na qual atuou com material apostilado entre os anos de 2001 a 2011.

Os gráficos a seguir ilustram a posição dos respondentes em relação à relevância deste tipo de material para a educação infantil.

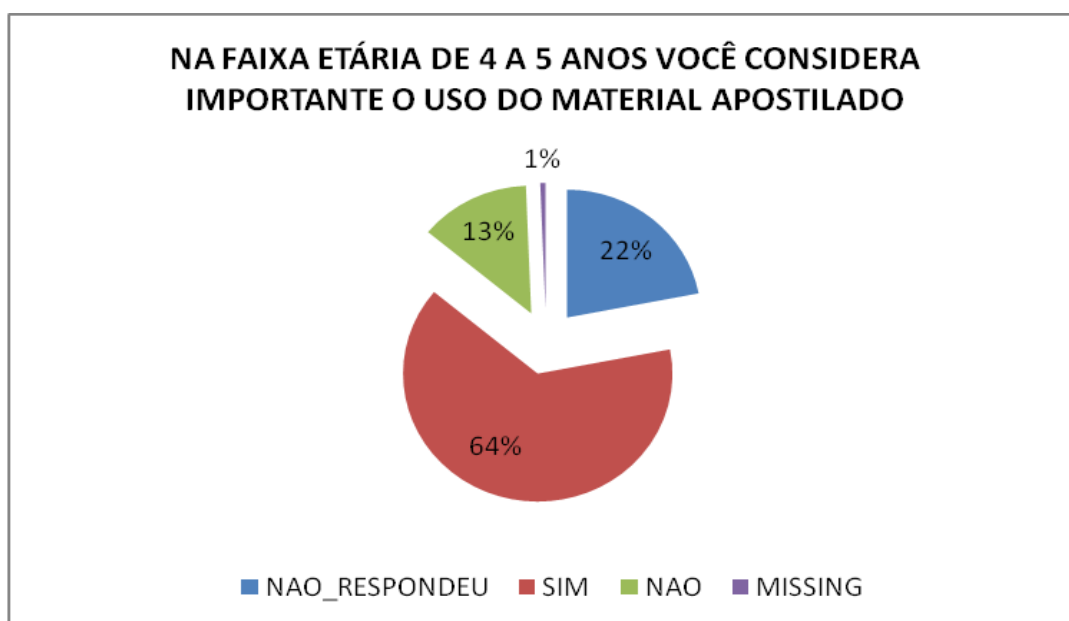
Gráfico 4: Importância do material apostilado na faixa etária de 0 a 3 anos, 2012.



Fonte: Autoras com base em ADRIÃO, 2012 p.69.

Observa-se que, no caso da creche, a maioria (57%) não respondeu ao questionamento e 17% dos respondentes não consideram importante para a faixa etária de 0 a 3 anos este tipo de opção. Já no caso da pré-escola a situação se inverte, pois a maioria (64%) valorizam este tipo de recurso para o trabalho com crianças de 4 e 5 anos, a de se perguntar o que pensam o conjunto de 22% de docentes que não responderam a questão.

Gráfico 5: Importância do material apostilado na faixa etária de 4 a 5 anos, 2012.



Fonte: ADRIÃO, 2012 p.69.

Em relação ao tempo de trabalho com este tipo de material, pouco mais de 40% utiliza-o por período inferior a três anos, enquanto cerca de 30% declaram trabalhar em redes que adotam sistema privado de ensino por mais de cinco anos.

SOBRE O USO DO MATERIAL APOSTILADO

Para efeito do tema aqui apresentado, não se pretende relacionar as informações coletadas aos grupos selecionados, de modo que as respostas são relativas ao tipo de material apostilado e à formação proposta pelas empresas aos municípios que integram esta pesquisa no ano de 2011.

Uma primeira informação relevante e assustadora refere-se ao fato de que 69% dos professores declaram que optariam por continuar trabalhando com material apostilado se lhes fosse dado o direito de escolha, contra 24% que não continuariam a usá-lo. No entanto, 34% dos docentes trocariam de empresa enquanto 21% não responderam e 45% manteriam a mesma “fornecedora”.

Além disso, ao relacionar esta informação com o tempo destinado pelos professores ao seu uso, nota-se que, contraditoriamente, o material adquire um caráter relativamente restrito no cotidiano escolar, uma vez que apenas 30% dos docentes utilizam as apostilas diariamente num intervalo que oscila entre uma e duas horas. A segunda maior frequência encontra-se entre aqueles que adotam em sala de aula o material por até uma hora, três vezes por semana.

Questionados sobre a presença de “Tarefas para casa” como parte das atividades dos alunos, apenas 32% declaram estar presente no conjunto das atividades propostas.

Destaca-se ainda que, a maioria (91%) dos respondentes declarou que o material apostilado precisava ser complementado, sendo que para 43%, esta complementação ocorre diariamente e, para 40%, semanalmente. Essa necessidade é ainda maior quando o foco recai sobre as crianças que se diferenciam das demais no desenvolvimento das atividades: 45% dos professores indicaram que entre o percentual de alunos que desenvolvem as atividades propostas se situa entre 80 e 90%. Considerando a faixa mais alta, ainda assim se faz necessário por parte do professor a complementação ou adequação do material à sua turma.

O gráfico abaixo exemplifica esta situação na medida em que indica os setores responsáveis pela elaboração de recursos alternativos com vistas a atender as necessidades dos alunos.

Gráfico 6: Recursos alternativos às apostilas, 2012.



Fonte: ADRIÃO, 2012 p.72.

Outra importante constatação é a omissão por parte dos sistemas privados no que se refere a alternativas para os alunos que apresentam deficiências: apenas 3% dos respondentes entrevistados afirmaram existir alguma atividade específica.

Ainda assim, em 59% dos questionários as declarações informam que os materiais são bons e 26% o consideram regular. Tal situação se agrava quando os depoentes nos informam a respeito da presença de erros nas apostilas: um percentual não desprezível de docentes os localiza: 43%.

Considerado o conjunto de respondentes que trabalharam com materiais produzidos por mais de uma empresa, um total de um pouco mais de 50%, apenas 7 % localizaram diferenças entre os mesmos. O que nos leva a concluir que as empresas tendem a oferecer um material semelhante.

INDICAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO OFERECIDA PELA EMPRESA

Com grande variação, quando inquiridos sobre a frequência com que recebiam formação pelas empresas, 16% dos professores responderam que anualmente e 23% semestralmente, conforme gráfico abaixo. Tal informação destoa do propagado pela imprensa,

por muitos gestores e pelos próprios grupos empresarias, na medida em que afirmam haver formação em serviço como parte constitutiva dos produtos contratados.

Gráfico 7: Frequência da formação oferecida aos professores, 2012.



Fonte: Autoras com base em ADRIÃO, 2012 p.73.

Soma-se às informações apresentadas pelo gráfico acima o fato de que, em sua maioria, os encontros de formação são conjuntamente para todos os professores da rede 58% e, em 16% dos casos, tais momentos se organizam por meio de vídeo conferência.

Para finalizar

Em primeiro lugar destaca-se que o número de profissionais que defendem a continuidade do uso dos materiais apostilados é maior do que os que a ele se opõem. Ainda que os motivos que levam os docentes a defenderem esse tipo de recurso, não estejam contempladas no dados aqui analisados, acreditamos que a aproximação da educação infantil com as expectativas postas para o ensino fundamental, aspecto indetificado com a antecipação da escolarização por inúmeros autores (FARIA 2005, KUHLMANN 2000, KRAMER et al 2011) Tal expectativa pode ter ganho fôlego adicional com a recente alteração na LDB que preve avaliação para a educação infantil em um contexto de obrigatoriedade da alfabetização até os 8 anos (BRASIL, 2013)

Outro aspecto a considerar é a desvalorização do profissional docente subjacente a esta opção de política em ao menos dois aspectos. O primeiro se refere ao alijamento do professor da elaboração do material didático, o segundo relaciona-se à formação continuada oferecida pelas empresas.

A aquisição de sistemas privados de ensino pressupõe a compra de materiais didáticos prontos, que devem ser seguidos pelos docentes. Nota-se, que os professores são afastados do processo de elaboração deste recurso didático e da organização do conteúdo curricular, podendo tornar-se meros executores das atividades prescritas pelo material didático.

Por outro lado, embora 69% dos professores optem por continuar trabalhando com material apostilado, o recurso exige complementação (felizmente) pois, segundo a maioria dos respondentes, as apostilas são utilizadas por até 3 horas semanais e para apenas 30% dos docentes a utilização é diária entre uma e duas horas. Associa-se a isso, o fato de que 91% dos professores declararam que o material precisa ser complementado e, em 55% dos casos, os recursos alternativos são propostos por eles mesmos. Tal situação nos induz a questionar em que medida os gastos com esse tipo de material podem ser justificados tendo em vista a marginalidade que, felizmente assumem, na organização das atividades educativas.

Com relação à formação continuada de professores, as empresas pesquisadas a propagandeiam como um aspecto constitutivo do sistema adquirido, ressaltando sua importância para a qualidade do ensino. Os dados coletados demonstram o perfil da formação oferecida aos professores em serviço: em sua maioria, ocorre semestralmente (23% dos respondentes), os encontros são conjuntamente para todos os professores da rede (58%) e são à distância, por meio de vídeo conferência (16%).

Se o declarado é ofertar uma formação de qualidade aos profissionais que atuam na escola, tendo em vista a caracterização de que a educação é de pouca qualidade dada a má formação docente (ADRIÃO et al,2009), os formatos de formação encontrados são padronizados e de baixa qualidade.

¹ Doutora em educação, professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, coordenadora do GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional.

² Mestranda da linha de Políticas Administração e Sistemas Educacionais – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, integrante do GREPPE - Grupo de Estudo e Pesquisas em Políticas Educacionais, núcleo UNICAMP.

³ Professora de Educação Básica II (anos iniciais do ensino fundamental) na rede municipal de ensino de Campinas, integrante Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais - GREPPE, núcleo UNICAMP

⁴ Os dados aqui apresentados foram organizados com o auxílio fundamental de Rosilene Rodrigues Souza e Debora Gomes. A pesquisa foi financiada pelo CNPq.

⁵ Informações detalhadas não foram disponibilizadas pela empresa.

⁶ Idem 5.

⁷ A frequência não foi disponibilizada pela empresa.

⁸ Idem 7.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. (coord.). *Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo*. 2009. 366p. Relatório de Pesquisa – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro.

ADRIÃO, T. (coord.). *Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre as políticas educacional local (fase 2)*. 2012.92p. Relatório de Pesquisa – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n.108, p. 799-818, out. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 de abril 2013.

KRAMER, S.; NUNES, M.F.R.; CORSINO, P. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 1, abr. 2011.

BOAVENTURA, 2010 Disponível em <http://pspp.michelboaventura.com> acessado em abr.2013

CERVI, E.U. Métodos Quantitativos aplicados às ciências sociais. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

GALZERANO, L. S. *O Grupo Empresarial Objetivo e a oferta educacional por municípios paulistas*. 2012. 137p. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia – Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas.

GOBI, R. C. *A presença do Sistema COC na oferta da educação municipal em São Paulo*. 2012. 90p. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia – Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas.

FARIA Ana Lúcia Goulart de. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005.

Kuhlmann, M. Histórias da Educação infantil Brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Nº14 Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

LUIZ, K. T. *A presença do Grupo Positivo na educação de municípios paulistas (2001-2010)*. 2012. 52p. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia – Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. *Análise de Dados para Ciências Sociais: complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Silabo, 2000.

PSPP Users Guide GNU PSPP Statistical Analysis Software Release 062.

Introdução 2005: quarta edição on line disponível em
<http://sourceforge.net/projects/pspp4windows/files/>